



RUMO S.A.
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60
NIRE 413.000.19886
Companhia Aberta
Categoria A

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017**

- 1. Data, hora e local:** Em 26 de abril de 2017, às 14:30 horas na sede social da Rumo S.A. (“Companhia”), na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 01, Vila Oficinas, CEP 82920-030, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 2. Convocação:** Edital de convocação publicado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017 (fls. 41, 39 e 49, respectivamente), no “Diário Oficial do Estado do Paraná” e na “Gazeta do Povo” (fls. 09, 16 e 21, respectivamente).
- 3. Presenças:** Acionistas representando 69,78% do capital social votante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no “Livro de Presença de Acionistas” e dos boletins de voto a distância válidos recebidos pela Companhia. Presentes, ainda, o Sr. Marcelo de Souza Scarcela Portela, membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. José Cezário Menezes de Barros Sobrinho, como Diretor Financeiro da Companhia, o Sr. Luiz Carlos Naninni, como representante do Conselho Fiscal da Companhia, o Sr. Ricardo Hirashima, como representante da KPMG Auditores Independentes, e o Sr. João Ricardo Ducatti, Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia.
- 4. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo de Souza Scarcela Portela, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Rubens Ometto Silveira Mello; e Secretária: Sra. Beatriz Primon de Orneles Cereza.
- 5. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; (2) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2016; (3) fixar em 12 (doze) o número de membros para compor o Conselho de Administração; (4) eleger os membros do Conselho de Administração, em razão do término de mandato, e respectivos suplentes; (5) fixar em 5 (cinco) o número de membros para compor o Conselho Fiscal; e (6) eleger os membros do Conselho Fiscal, em razão do término de mandato, e respectivos suplentes. Em Assembleia Geral Extraordinária: (7) fixar o valor da remuneração máxima e global a ser paga aos administradores da Companhia para o exercício social de 2017; (8) fixar o valor da remuneração máxima e global a ser paga aos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017; (9) alterar os Artigos 7º, 34º e 36º do Estatuto Social da Companhia, a fim de atender às exigências da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros apresentadas no Ofício 72/2017-DRE, no âmbito do processo de incorporação das ações da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. pela Companhia, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, para adequar o Estatuto Social da Companhia ao regramento de listagem do segmento do Novo Mercado; e (10) definir os jornais de publicações oficiais da Companhia.
- 6. Deliberações:** Após a leitura, pelo Presidente da Mesa, do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi

disponibilizado para consulta pelos acionistas presentes, os acionistas aprovaram, preliminarmente, por unanimidade, a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, autorizando, ainda, sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, em conformidade com o art. 130, §1º e 2º da Lei nº 6.404/76. Em relação às matérias constantes da ordem do dia, e com as abstenções dos legalmente impedidos, os acionistas presentes à Assembleia tomaram as seguintes deliberações:

Em Assembleia Geral Ordinária, com abstenção dos legalmente impedidos:

6.1. Em relação ao **item (1)** da ordem do dia, aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, o relatório da administração, as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia - publicadas nas edições de 24 de fevereiro de 2017 dos jornais Diário Oficial do Estado do Paraná e Gazeta do Povo - relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

6.2. Em relação ao **item (2)** da ordem do dia, aprovar, por unanimidade, a proposta de destinação do prejuízo do exercício, consignando que não será efetuada distribuição de dividendos aos acionistas, uma vez que a Companhia não apurou lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

6.3. Em relação ao **item (3)** da ordem do dia, aprovar, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que seja fixado em 12 (doze) o número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia.

6.4. Em relação ao **item (4)** da ordem do dia, eleger, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, os Senhores abaixo indicados para o Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2019:

(a) Reeleger o Sr. **Rubens Ometto Silveira Mello**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 4.170.972-X SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, inscrito no CPF/MF sob o nº 412.321.788-53, como Presidente do Conselho de Administração;

(b) Reeleger o Sr. **Marcos Marinho Lutz**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 147.274.178-12 e portador da cédula de identidade RG nº 156494929 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como Vice-Presidente do Conselho de Administração;

(c) Reeleger o Sr. **Marcelo de Souza Scarcela Portela**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.502.188-13 e inscrito na OAB/SP sob o nº 75.709, domiciliado profissionalmente na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular do Conselho de Administração;

(d) Reeleger o Sr. **Abel Gregorei Halpern**, britânico, casado, executivo, portador do Passaporte Britânico nº 099040872, domiciliado na cidade de Londres, Inglaterra, em Stirling Square, 5-7, Carlton Gardens, SW1Y 5AD, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova

Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular do Conselho de Administração; e reeleger **Denis Jungerman**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 10.314.256-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF n° 064.415.748-88, domiciliado profissionalmente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Iguatemi, 151, Conjunto 81, Itaim Bibi, São Paulo/SP, como membro suplente do Conselho de Administração;

(e) Reeleger o Sr. **Marcelo Eduardo Martins**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n° 084.530.118-77 e portador da cédula de identidade RG n° 15.465.270 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular do Conselho de Administração;

(f) Reeleger o Sr. **Burkhard Otto Cordes**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n° 286.074.808-39 e portador da cédula de identidade RG n° 13.255.194-9 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular do Conselho de Administração;

(g) Reeleger o Sr. **Julio Fontana Neto**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o n° 662.087.508-49 e portador da cédula de identidade RG n° 4.919.248-6 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Rua Emílio Bertolini, n° 100, Cajuru, Curitiba/PR, CEP 82920-030, como membro titular do Conselho de Administração;

(h) Reeleger o Sr. **Riccardo Arduini**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 3.812.723 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 066.751.668-91, com endereço profissional na Rua Emílio Bertolini, n° 100, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como membro titular do Conselho de Administração; e reeleger o Sr. **Giancarlo Arduini**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade n.º 33.830.765-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 308.224.798-93, residente e domiciliado na Rua Junqueira, n.º 61, Condomínio Chácara Flora, Cidade e Estado de São Paulo, como membro suplente do Conselho de Administração;

(i) Eleger o Sr. **Mario Augusto da Silva**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n° 925.760.875-15 e portador da cédula de identidade RG n° 770919227 SSP/BA, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular do Conselho de Administração;

(j) Reeleger o Sr. **Mailson Ferreira da Nóbrega**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF sob o n° 043.025.837-20 e portador da cédula de identidade RG n° 214.106 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Estados Unidos, n° 498, Jardim América, São Paulo, SP, e com endereço comercial Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular e independente do Conselho de Administração;

(k) Eleger o Sr. **Gustavo Diniz Junqueira**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n° 153.612.478-80 e portador da cédula de identidade RG n° 19.823.776-5 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente

Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular e independente do Conselho de Administração; e

(l) Reeleger o Sr. **Fábio Lopes Alves**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, inscrito no CPF nº 046.886.784-87, portador do RG nº 797.227 SSP/PE, residente e domiciliado na Avenida Bernardo Vieira de Melo, nº 520, apto 301, Piedade, CEP 5400-400, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, como membro titular e independente do Conselho de Administração.

6.4.1. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos e reeleitos tomam posse nesta data mediante (a) assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; (b) apresentação de declaração de desimpedimento; (c) adesão ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; e (d) subscrição do Termo de Anuência dos Administradores referido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

6.5. Em relação ao **item (5)** da ordem do dia, aprovar, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição de 5 (cinco) membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

6.6. Em relação ao **item (6)** da ordem do dia, eleger, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, os Senhores abaixo indicados para os referidos cargos, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018:

(a) Reeleger o Sr. **Luiz Carlos Nannini**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.563.538-95 e portador da cédula de identidade RG nº 9.221.586-5 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, nº 1050, Vila Olímpia, São Paulo, SP, e com endereço comercial Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, como membro titular e Presidente do Conselho Fiscal; e eleger o Sr. **José Maurício D'Isep Costa**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 915.613.707-97 e portador da cédula de identidade RG nº 669.745 SPTC/ES, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro suplente do Conselho Fiscal;

(b) Reeleger o Sr. **Paulo Henrique Wanick Mattos**, brasileiro, casado, administração, inscrito no CPF/MF sob o nº 885.347.907-87 e portador da cédula de identidade RG nº 645.499 SSP/ES, residente na Av. Estudante José Júlio de Souza, 1850, Apto 1302, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, como membro titular do Conselho Fiscal; e eleger o Sr. **Alexsandri Pimenta de Souza Lima**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.410.027-29 e portador da cédula de identidade RG nº 916.270 SSP/ES, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro suplente do Conselho Fiscal;

(c) Eleger o Sr. **Thiago Costa Jacinto**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.562.761-50 e portador da cédula de identidade RG nº 38347877 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01,

como membro titular do Conselho Fiscal; e eleger o Sr. **William Cordeiro**, brasileiro, solteiro, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 092.197.196-65 e portador da cédula de identidade RG nº 47834597 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro suplente do Conselho Fiscal;

(d) Eleger o Sr. **Marcelo Curti**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.305.588-60 e portador da cédula de identidade RG nº 10.306.522 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro titular do Conselho Fiscal; e eleger o Sr. **João Marcelo Peixoto Torres**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.372.747-04 e portador da cédula de identidade RG nº 86691938 IFP/RJ, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro suplente do Conselho Fiscal; e

(e) Eleger o Sr. **Joel Benedito Junior**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.508.088-15 e portador da cédula de identidade RG nº 6.876.859-X SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro titular do Conselho Fiscal; e eleger o Sr. **Paulo Geraldo Goulart Vilarinho**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 939.129.607-63 e portador da cédula de identidade RG nº 39553198-6 SSP/SP, domiciliado profissionalmente na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-01, como membro suplente do Conselho Fiscal.

6.6.1. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos e reeleitos tomam posse nesta data mediante (a) assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; (b) apresentação de declaração de desimpedimento; (c) à adesão ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; e (d) subscrição do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal referido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

6.7. Em relação ao **item (7)** da ordem do dia, aprovar, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a fixação da remuneração máxima global dos administradores para o exercício social de 2017 em até R\$ 17.615.000,00, conforme proposta da administração, sendo que (i) R\$ 14.915.000,00 correspondem à remuneração fixa, remuneração variável, encargos e benefícios, nos termos da proposta da administração; e (ii) R\$ 2.700.000,00 correspondem à parcela da remuneração baseada em ações no exercício de 2017, em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração em Ações vigentes.

6.8. Em relação ao **item (8)** da ordem do dia, aprovar, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a fixação da remuneração máxima global dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2017, em até R\$ 700.000,00.

6.9. Em relação ao **item (9)** da ordem do dia, aprovar, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a alteração dos artigos 7º, 34 e 36 do Estatuto Social da Companhia, a fim de atender às exigências da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros apresentadas no Ofício 72/2017-DRE, que passam a ter a redação conforme transcrito abaixo:

Artigo 7º. *Para os efeitos deste Estatuto Social, serão considerados como grupos de acionistas (“Grupos de Acionistas”) dois ou mais acionistas da Companhia:*

- a) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou*
- b) que estejam sob Controle comum; ou*
- c) que atuem representando um interesse comum; ou*
- d) que sejam vinculados por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum.*

§1º. *Para fins de aplicação da alínea “c” acima e do § 3º do Artigo 9º deste Estatuto Social, define-se pessoas representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social das duas pessoas. Adicionalmente, quaisquer joint-ventures, clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados como representando um interesse comum sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas pela mesma pessoa jurídica ou por Partes Relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; (y) forem geridas pela mesma pessoa jurídica ou por Partes Relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores. Com relação a fundos de investimento, serão considerados como representando um interesse comum, dois ou mais fundos cujas respectivas decisões de investimento e desinvestimento (bem como as decisões quanto ao exercício dos respectivos direitos enquanto acionista) sejam tomadas em caráter discricionário por uma mesma pessoa, seja o administrador ou o gestor, conforme o caso, ou por Partes Relacionadas a tal pessoa.*

§2º. *Para os fins de aplicação do § 1º, deste Artigo 7º, todos e quaisquer fundos de investimentos deverão, sempre que adquirirem ações de emissão da Companhia que representem mais de 5% (cinco por cento) do capital social, informar à Companhia a quem cabe a determinação de sua política de investimentos e o exercício de votos em Assembleias Gerais, devendo, da mesma forma, informar à Companhia sempre que houver a mudança de tal pessoa enquanto for detentor do percentual de 5% (cinco por cento) acima referido, ou qualquer múltiplo de tal percentual.*

§3º Todas as obrigações estabelecidas neste Estatuto Social, exceto as disposições relativas ao Novo Mercado, que recaiam sobre um Grupo de Acionistas serão exigíveis exclusivamente em relação ao integrante do Grupo de Acionistas que (i) tenha adquirido diretamente participação na Companhia e que, por conta de tal aquisição, tenha ensejado a aplicação da referida obrigação; ou (ii) tenha participado da transação que ensejou a aplicação da referida obrigação.

§4º Para fins de aplicação da alínea “d” acima, serão considerados como acordos de voto aqueles em que as partes se obriguem a votar de modo uniforme para a formação de um bloco único nas Assembleias Gerais da Companhia, não sendo considerados aqueles cujo objeto seja a proteção de investidor minoritário em relação ao Acionista Controlador.

Artigo 34. *A Companhia terá um comitê de auditoria (“Comitê de Auditoria”), que se reportará ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração, cujo funcionamento será permanente.*

Parágrafo Único. *O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, sendo todos independentes, com mandato de 1 (um) ano, renovável, a critério do Conselho de Administração, os quais terão preferencialmente experiência em compliance.*

Artigo 36. *O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá funcionamento permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares, e suplentes em igual número, acionistas ou não eleitos pela Assembleia Geral, dentre pessoas residentes no País, desde que preencham os requisitos legais para o cargo, bem como o atendimento dos requisitos legais aplicáveis.*

§1º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.

§2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio e subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§3º. O Presidente do Conselho Fiscal será indicado pela Assembleia Geral que os eleger.

§4º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

§5º. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

6.9.1. Em decorrência da deliberação constante do item 6.9 acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a ser vigente nos termos do Anexo II desta ata.

6.10. Em relação ao **item (10)** da ordem do dia, aprovar, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a alteração dos jornais oficiais da Companhia, que passam a ser o Diário Oficial do Estado do Paraná e o jornal Bem Paraná.

7. Documentos e Manifestações. Foram arquivados na sede da Companhia os documentos a seguir listados, obedecendo a respectiva ordem numérica: **1** – Edital de Convocação; **2** – Proposta da Administração; **3** - Relatório da administração, Demonstrações Financeiras da Companhia e parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e do parecer do Conselho Fiscal, publicados nas edições de 24 de fevereiro de 2017 dos jornais Diário Oficial do Estado do Paraná (Edição nº 9894, fls. 52 a 61) e Gazeta do Povo (fls. 13 a 18). O Presidente da Mesa consignou que recebeu do Sr. Marcos Jefferson da Silva listagem contendo o sentido dos votos proferidos pelos acionistas por ele representados, contendo votos favoráveis, contrários e abstenções, a qual foi recebida e rubricada pela mesa e também arquivada na sede da Companhia. Por fim, em cumprimento ao art. 21, §6º e ao art. 30, §4º da Instrução CVM nº480/09, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia, bem como o número de votos conferido a cada candidato, encontram-se indicados no Anexo I, o qual, para todos os efeitos, fica arquivado na sede da Companhia.

8. Encerramento. Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas representando o *quorum* necessário para as deliberações tomadas. *Acionistas:*

- 1 COSAN LOGÍSTICA S.A.
- 2 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- 3 JULIA DORA ANTONIA KORANYI ARDUINI
- 4 FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF
- 5 FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES ALVORADA
- 6 FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES PITUBA
- 7 GMI - GLOBAL MARKETS INVESTMENTS LIMITED PARTNERSHIP
- 8 BNDESPAR - BNDES PARTICIPAÇÕES SA
- 9 SPX NIMITZ MASTER FIM
- 10SPX RAPTOR MASTER FI EXT MM CP
- 11SPX PATRIOT MASTER FIA
- 12SPX FALCON MASTER FIA BRRAILACNOR9 9.073.462 ON N
- 13SPX APACHE MASTER FIA
- 14BARTHE HOLDINGS LLC
- 15TYLER FINANCE LLC
- 16BEWETT INTERNATIONAL LLC
- 17CONSTELLATION MASTER FIA
- 18 CAIXA DE PREVID.DOS FUNC.DO BANCO DO BRASIL
- 19ADVISER MANAGED TRUST - TACTICAL OFFENSIVE EQUITY FUND
- 20ALLIANCEBERNSTEIN DELAWARE BUSINESS TRUST - A I ALL-C P S
- 21ALPS METIS GLOBAL MICRO CAP FUND



22 ARROWSTREET MULTI-STRATEGY UMBRELLA PLC - ARROWSTREET EMFIII
23 ATAULFO LLC
24 BLACKROCK EMERGING MARKETS FUND, INC
25 BLACKROCK GLOBAL FUNDS
26 BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS
27 BLACKROCK LATIN AMERICA FUND INC
28 BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC
29 BNY MELLON TR & DEP (UK) LIMITED AS T OF BEME TRACKER FUND
30 BNY T CO LTD AS T OF MERRILL LYNCH INST TRUST
31 BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER
32 BSF - BLACKROCK LATIN AMERICAN OPPORTUNITIES FUND
33 CIBC LATIN AMERICAN FUND
34 CITI RETIREMENT SAVINGS PLAN
35 CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND
36 DELAWARE MANAGEMENT HOLDINGS, INC
37 DEUTSCHE INTERNATIONAL FUND, INC / DEUTSCHE EMERGING MARKET
38 DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI BRAZIL HEDGED EQUITY ETF
39 EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD
40 EMERGING MARKETS EQUITY ESG SCREENED FUND B
41 EMERGING MARKETS MANAGED ACCOUNTS PUBLIC LIMITED COMPANY
42 EXCEL LATIN AMERICA FUND
43 EXPLORA LATAM LONG BIASED FI EM ACOES
44 EXPLORA LONG ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES
45 FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND
46 FP RUSSELL ICVC - INTERNATIONAL GROWTH ASSETS FUND
47 GMO EMERGING DOMESTIC O E FUND, A SUB FUND OF GMO FUND PLC
48 GMO EMERGING DOMESTIC OPPORTUNITIES FUND, A SERIES OF GMO TR
49 GMO EMERGING MARKETS EQUITY FD, A SUB FD OF GMO FUNDS PLC
50 GMO TRUST ON BEHALF OF GMO EM COUNTRIES FUND
51 GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND
52 GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND
53 INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST
54 INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST
55 IRISH LIFE ASSURANCE PLC
56 ISAMARE LIMITED
57 ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF
58 ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF
59 ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY
60 ISHARES MSCI BRAZIL UCITS ETF (ACC)
61 ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY
62 JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST B
63 KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I
64 LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
65 LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
66 LEGG MASON EMERGING MARKETS DIVERSIFIED CORE ETF
67 LEGG MASON FUNDS ICVC - LEGG MASON EMERGING MARKETS EQUITY F
68 LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP DFAAF
69 MACQUARIE COLLECTIVE FUNDS PLC
70 MACQUARIE INV MANAG LTD AS RESP ENT FOR ARROWST EM MKTS FD



71 MARKET VECTORS AGRIBUSINESS ETF
72 MDPIM EMERGING MARKETS EQUITY POOL
73 MERRILL LYNCH INVESTMENT MANAGERS LIMITED
74 MIRAE ASSET GLOBAL DISCOVERY FUND
75 MM SELECT EQUITY ASSET FUND
76 NEPTUNE INVESTMENT FUNDS - NEPTUNE LATIN AMERICA FUND
77 NEPTUNE INVESTMENT FUNDS II - NEPTUNE EMERGING MARKETS FUND
78 PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO
79 RUSSEL EMERGING MARKETS EQUITY POOL
80 RUSSELL COMMON CONTRACTUAL FUND
81 RUSSELL GLOBAL OPPORTUNITIES FUND
82 RUSSELL INVESTMENT COMPANY II PLC
83 RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY
84 RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL
85 RUSSELL TAX EFFECTIVE GLOBAL SHARES FUND
86 RWC GLOBAL EMERGING EQUITY FUND
87 SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND
88 SOUTHERN SOLUTIONS LLC
89 SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND
90 ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON LENDING COMM TR FD
91 ST JAMES S PLACE GLOBAL EQUITY UNIT TRUST
92 STATE GENERAL RESERVES FUND
93 STICHTING PGGM DEPOSITARY
94 STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS
95 THE GMO EMERGING MARKETS FUND
96 THE GOVERNMENT OF HIS M THE S AND Y D-P OF BRUNEI DARUSSALAM
97 THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGBOARD
98 THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
99 THE SEI EMERGING MARKETS EQUITY FUND
100 THE TEXAS EDUCATION AGENCY
101 TOTAL INTERNATIONAL EX US I MASTER PORT OF MASTER INV PORT
102 TRANSAMERICA EMERGING MARKETS EQUITY
103 VALIC COMPANY II - INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND
104 VANG FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FD, A S OF V INTER E I FDS
105 VICTORIAN FUNDS MAN C A T F V E M T
106 WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (IRELAND) PLC
107 WELLINGTON TRUST COMPANY NA
108 WILLIAM BLAIR COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
109 WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS SMALL CAP GROWTH FUND
110 ESSOR EMERGENT
111 ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO
112 ALASKA PERMANENT FUND
113 ALGER EMERGING MARKETS FUND
114 ALGER SICAV - ALGER EMERGING MARKETS FUND
115 ALPINE GLOBAL DYNAMIC DIVIDEND FUND
116 ALPINE TOTAL DYNAMIC DIVIDEND FUND
117 ARIZONA PSPRS TRUST
118 ASHMORE EMERGING MARKETS EQUITY FUND

- 119 ASHMORE EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND
- 120 ASHMORE SICAV IN RESPECT OF ASHMORE SICAV EMERGING
MARKETS GLOBAL SMALL-CAP EQUITY FUND
- 121 ASHMORE SICAV IN RESPECT OF ASHMORE SICAV LATIN
AMERICAN SMALL-CAP EQUITY FUND
- 122 AT&T UNION WELFARE BENEFIT TRUST
- 123 BARING UK UMBRELLA FUND - BARING EMERGING MARKETS
FUND
- 124 BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND
- 125 BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY, NA
- 126 BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK LATIN AMERICAN
OPPORTUNITIES FUND
- 127 BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF
- 128 BP PENSION FUND
- 129 BP PENSION FUND
- 130 BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LIMITED - MAIN A/C
- 131 BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LIMITED - MAIN A/C
- 132 BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LTD (MPF A/C)
- 133 CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
- 134 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 135 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 136 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 137 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 138 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 139 CARTICA CAPITAL PARTNERS MASTER, LP
- 140 CARTICA CORPORATE GOVERNANCE FUND, LP
- 141 CARTICA INVESTORS II, LP
- 142 CARTICA INVESTORS, LP
- 143 CENTRAL STATES SOUTHEAST AND SOUTHWEST AREAS PENSION
FUND
- 144 CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
- 145 CHEVRON MASTER PENSION TRUST
- 146 COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
- 147 COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION
- 148 DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY
ETF
- 149 DUNHAM EMERGING MARKETS STOCK FUND
- 150 EATON VANCE MANAGEMENT
- 151 EMERGING MARKETS EQUITY FUND
- 152 EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND
- 153 EMERGING MARKETS EQUITY INDEX PLUS FUND
- 154 EMERGING MARKETS EX-CONTROVERSIAL WEAPONS EQUITY
INDEX FUND B
- 155 EMERGING MARKETS FUND
- 156 EMERGING MARKETS GREAT CONSUMER FUND
- 157 EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND
- 158 EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND B
- 159 EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY INDEX FUND
- 160 EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR
- 161 FIAM GLOBAL EX US INDEX FUND, LP
- 162 FIDELITY INVESTMENT TRUST: LATIN AMERICA FUND

- 163 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS INDEX FUND
- 164 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY GLOBAL EX US INDEX FUND
- 165 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING MARKETS INDEX FUND
- 166 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES GLOBAL EX US INDEX FUND
- 167 FIDELITY SALEM STREET TRUST: SPARTAN TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND
- 168 FORD MOTOR COMPANY DEFINED BENEFIT MASTER TRUST
- 169 FSS EMERGING MARKET EQUITY TRUST
- 170 FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS
- 171 GLOBAL X BRAZIL MID CAP ETF
- 172 GOLDMAN SACHS PROFIT SHARING MASTER TRUST
- 173 GOLDMAN SACHS TRUST II- GOLDMAN SACHS MULTI-MANAGER GLOBAL EQUITY FUND
- 174 GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD
- 175 HAND COMPOSITE EMPLOYEE BENEFIT TRUST
- 176 IOWA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
- 177 ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY
- 178 ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF
- 179 ISHARES MSCI BRIC ETF
- 180 ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF
- 181 ITAÚ FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND
- 182 JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD RE: RTB DAIWA LATIN AMERICA EQUITY FUND
- 183 JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD RE: RTB NIKKO BRAZIL EQUITY ACTIVE MOTHER FUND
- 184 JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD RE: STB DAIWA BRAZIL INFRASTRUCTURE EQUITY MOTHER FUND
- 185 JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD RE: STB DAIWA BRAZIL STOCK MOTHER FUND
- 186 JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND
- 187 JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND
- 188 KAISER PERMANENTE GROUP TRUST
- 189 LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND
- 190 LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST
- 191 LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED
- 192 LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC
- 193 LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP DELAWARE FOUNDATION CONSERVATIVE ALLOCATION FUND
- 194 LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP DELAWARE FOUNDATION MODERATE ALLOCATION FUND
- 195 MAINSTAY VP EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO
- 196 MANAGED PENSION FUNDS LIMITED
- 197 MANAGED PENSION FUNDS LIMITED
- 198 MERCER QIF FUND PLC
- 199 NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND
- 200 NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND



- 201 NAV CANADA PENSION PLAN
- 202 NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
- 203 NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND
- 204 NORGES BANK
- 205 NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
- 206 NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC
- 207 NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND
- 208 NTGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US EQUITY INDEX FUND - LENDING
- 209 NTGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET INDEX FUND - LENDING
- 210 NTGI - QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND - LENDING
- 211 NTGI - QM COMMON DAILY EMERGINGMARKETS EQUITY INDEX FUND-NON LENDING
- 212 NTGI - QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLECTIVE FUNDS TRUST
- 213 OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
- 214 OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
- 215 PARAMETRIC EMERGING MARKETS CORE
- 216 PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND
- 217 PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD
- 218 QS INVESTORS DBI GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP
- 219 RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - RUSSELL EMERGING MARKETS EQUITY PLUS FUND
- 220 SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF
- 221 SKAGEN KON-TIKI VERDIPAPIRFOND
- 222 SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF
- 223 SPDR S&P EMERGING LATIN AMERICA ETF
- 224 SPDR S&P EMERGING MARKETS ETF
- 225 SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
- 226 SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
- 227 SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
- 228 STATE OF CONNECTICUT RETIREMENT PLANS AND TRUST FUNDS
- 229 STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RETIREMENT PLAN
- 230 STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D
- 231 STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D
- 232 STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D
- 233 STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS
- 234 STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
- 235 STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX EQUITY FUND
- 236 STATE STREET GLOBAL EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO
- 237 STATE STREET MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMMON TRUST FUND
- 238 STATE STREET MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND
- 239 STICHTING F&C MULTI MANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE
- 240 SUNSUPER SUPERANNUATION FUND
- 241 TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
- 242 TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

- 243 *TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS*
- 244 *TEACHERS' RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS*
- 245 *THE BANK OF NEW YORK MELLON EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN*
- 246 *THE BARING EMERGING MARKETS UMBRELLA FUND, SUB FUND, THE BARING GLOBAL EMERGING MARKETS FUND*
- 247 *THE BARING EMERGING MARKETS UMBRELLA FUND, SUB FUND, THE BARING LATIN AMERICA FUND*
- 248 *THE BOARD OF ADMINISTRATION OF THE LOS ANGELES CITY EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM*
- 249 *THE CALIFORNIA ENDOWMENT*
- 250 *THE GENESIS EMERGING MARKETS INVESTMENT COMPANY (SICAV)*
- 251 *THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE OF DAIWA BRAZIL STOCK OPEN - RIO WIND -*
- 252 *THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE*
- 253 *THE NOMURA TRUST AND BANKING CO, LTD RE: INTERNATIONAL EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER FUND*
- 254 *THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD*
- 255 *THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND- AP 7 EQUITY FUND*
- 256 *THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO*
- 257 *THE WALT DISNEY COMPANY RETIREMENT PLAN MASTER TRUST*
- 258 *TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND*
- 259 *TREASURER OF THE STATE OF NORTH CAROLINA EQUITY INVESTMENT FUND POOLED TRUST*
- 260 *TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD RE: EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND*
- 261 *UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST*
- 262 *UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST*
- 263 *UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST*
- 264 *UPS GROUP TRUST*
- 265 *UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS*
- 266 *VANECK VECTORS AGRIBUSINESS ETF*
- 267 *VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND*
- 268 *VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS*
- 269 *VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY*
- 270 *VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY*
- 271 *VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC*
- 272 *VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND*
- 273 *VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS*
- 274 *VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO*
- 275 *WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD*
- 276 *WELLS FARGO BANK DECLARATION OF TRUST ESTABLISHING INVESTMENT FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS*
- 277 *WILLIAM BLAIR SICAV*
- 278 *XEROX CORPORATION RETIREMENT & SAVINGS PLAN*

279	<i>BEST INVESTMENT CORPORATION</i>
280	<i>EDR FUND</i>
281	<i>PS INST LATAM LLC</i>
282	<i>STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN</i>
283	<i>BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND</i>
284	<i>FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS</i>
285	<i>GENESIS EMERGING MARKETS FUND LIMITED</i>
286	<i>JNL/MELLON CAPITAL EMERGING MARKETS INDEX FUND</i>
287	<i>KOOKMIN BANK ACTING AS TRUSTEE OF MIRAE ASSET ER EM PRIVATE EQUITY MASTER INVESTMENT TRUST</i>
288	<i>NATIONWIDE BAILARD EMERGING MARKETS EQUITY FUND</i>
289	<i>NATIONWIDE BAILARD INTERNATIONAL EQUITIES FUND</i>
290	<i>PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO</i>
291	<i>STICHTING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN</i>
292	<i>TELSTRA SUPER PTY LTD AS TRUSTEE FOR TELSTRA SUPERANNUATION SCHEME</i>
293	<i>THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST</i>
294	<i>THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST</i>
295	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MTBJ400045828</i>
296	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829</i>
297	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MTBJ400045833</i>
298	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MUTB400045792</i>
299	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MUTB400045794</i>
300	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MUTB400045795</i>
301	<i>THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE FOR MUTB400045796</i>
302	<i>UTILICO EMERGING MARKETS LIMITED</i>
303	<i>VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS</i>
304	<i>EMINENCE HOLDINGS LLC</i>

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Curitiba, 26 de abril de 2017.

Beatriz Primon de Orneles Cereza
OAB/PR 59.565

ANEXO I à ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Rumo S.A., realizada em 26 de abril de 2017.

Mapa de Votos

Em atendimento ao art. 21, §6º e ao art. 30, §4º da Instrução CVM nº480/09, a Rumo S.A. informa abaixo as aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia, bem como o número de votos conferido a cada candidato:

Código da Deliberação	Descrição da Deliberação	Voto da Deliberação	Quantidade de Ações	% Total de Votos
1	Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, conforme Proposta da Administração	Aprovar Rejeitar Abster-se	734.491.844 - 87.784.212	89,32% 0,00% 10,68%
2	Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2016, conforme Proposta da Administração	Aprovar Rejeitar Abster-se	797.188.474 - 25.087.582	96,95% 0,00% 3,05%
3	Fixar em 12 (doze) o número de membros para compor o Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.	Aprovar Rejeitar Abster-se	784.293.597 12.894.877 25.087.582	95,38% 1,57% 3,05%
4	Eleger os membros do Conselho de Administração, em razão do término de mandato, e respectivos suplentes	Aprovar Rejeitar Abster-se	681.966.811 26.963.847 113.345.398	82,94% 3,28% 13,78%
5	Fixar em 5 (cinco) o número de membros para compor o Conselho Fiscal, conforme Proposta da Administração.	Aprovar Rejeitar Abster-se	743.527.269 - 78.748.787	90,42% 0,00% 9,58%
6	Indicação de candidatos ao conselho fiscal (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral) LUIZ CARLOS NANNINI (TITULAR) E JOSE MAURICIO DISEP COSTA (SUPLENTE)	Aprovar	521.694.547	63,45%
		Rejeitar	11.771.192	1,43%
		Abster-se	288.810.317	35,12%
6	PAULO HENRIQUE WANICK MATTOS (TITULAR) E ALEXSANDRI PIMENTA DE SOUZA LIMA (SUPLENTE)	Aprovar	522.302.909	63,52%
		Rejeitar	11.771.192	1,43%
		Abster-se	288.201.955	35,05%
6	THIAGO COSTA JACINTO (TITULAR) E WILLIAM CORDEIRO (SUPLENTE)	Aprovar	521.427.509	63,41%
		Rejeitar	11.771.192	1,43%
		Abster-se	289.077.355	35,16%
6	MARCELO CURTI (TITULAR) E JOAO MARCELO PEIXOTO TORRES (SUPLENTE)	Aprovar	521.427.509	63,41%
		Rejeitar	11.771.192	1,43%
		Abster-se	289.077.355	35,16%
6	JOEL BENEDITO JUNIOR (TITULAR) E PAULO GERALDO GOULART VILARINHO (SUPLENTE)	Aprovar	521.427.509	63,41%
		Rejeitar	11.771.192	1,43%
		Abster-se	289.077.355	35,16%
7	Fixar o valor da remuneração máxima e global a ser paga aos administradores da Companhia para o exercício social de 2017, conforme Proposta da Administração	Aprovar Rejeitar Abster-se	656.873.860 110.881.458 54.520.738	79,88% 13,48% 6,63%
8	Fixar o valor da remuneração máxima e global a ser paga aos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017, conforme Proposta da Administração	Aprovar Rejeitar Abster-se	767.755.318 - 54.520.738	93,37% 0,00% 6,63%
9	Alterar os Artigos 7º, 34º e 36º do Estatuto Social da Companhia, a fim de atender às exigências da BM&FBOvespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros apresentadas no Ofício 72/2017-DRE, no âmbito do processo de incorporação das ações	Aprovar Rejeitar Abster-se	821.416.523 - 859.533	99,90% 0,00% 0,10%
10	Definir os jornais de publicações oficiais da Companhia, conforme Proposta da Administração	Aprovar Rejeitar Abster-se	751.346.444 - 70.929.612	91,37% 0,00% 8,63%



**ANEXO II à ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Rumo S.A.,
realizada em 26 de abril de 2017.**

RUMO S.A.
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60
NIRE 41.300.019.886
Companhia Aberta
Categoria A

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A RUMO S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

§1.º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado” e “BM&FBOVESPA” respectivamente), a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, estarão sujeitos às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

§2.º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

§3.º A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Artigo 2º. A Companhia tem sede na Rua Emilio Bertolini, nº 100, sala 1, Vila Oficinas, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82920-030.

Parágrafo Único. Por decisão da Diretoria, a Companhia poderá abrir, manter e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto:

(a) prestar serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;

(b) explorar atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte mencionados na alínea anterior, tais como planejamento logístico, carga, descarga,

transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros do interior;

(c) importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e emprestar contêineres, locomotivas, vagões e outras máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;

(d) realizar operações de comércio, importação, exportação e distribuição de produtos e gêneros alimentícios, em seu estado “in natura”, brutos, beneficiados ou industrializados, bem como o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de embalagens e recipientes correlatos para acondicionamento dos mesmos;

(e) executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia; e

(f) participar, direta ou indiretamente, de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado com qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPITULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.014.897.097,82 (sete bilhões, catorze milhões, oitocentos e noventa e sete mil, noventa e sete reais e oitenta e dois centavos), dividido em 1.339.015.898 (um bilhão, trezentos e trinta e nove milhões, quinze mil, oitocentas e noventa e oito) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1.º A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

§2.º Todas as ações de emissão da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, em instituição depositária autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com a qual a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados, sendo que a instituição depositária poderá cobrar dos acionistas, nos termos do Artigo 35, parágrafo 3º da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais.

§3.º É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado em até 66.950.794 (sessenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentas e noventa e quatro) ações, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, que tem competência para fixar o número de ações a serem emitidas, para distribuição sob a forma pública ou privada, o preço e o prazo de integralização e as demais condições de emissão, subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado, bem como deliberar sobre o exercício do direito de preferência, observadas as normas legais e estatutárias, em especial o disposto no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

§1.º A Companhia poderá emitir ações ou debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, sem que os acionistas tenham direito de preferência ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência previsto no Artigo 171, Parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que a colocação desses valores mobiliários seja feita mediante (a) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

§2.º Dentro do limite do capital autorizado, observado o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações em circulação da Companhia e de acordo com plano que seja aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações de sua emissão aos seus Administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.

§3.º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, inclusive no âmbito de planos de opção de compra ou subscrição de ações aprovadas nos termos deste Estatuto Social, ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO III – ACIONISTAS

Artigo 7º. Para os efeitos deste Estatuto Social, serão considerados como grupos de acionistas (“Grupos de Acionistas”) dois ou mais acionistas da Companhia:

- a) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou
- b) que estejam sob Controle comum; ou
- c) que atuem representando um interesse comum; ou
- d) que sejam vinculados por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum.

§1º. Para fins de aplicação da alínea “c” acima e do § 3º do Artigo 9º deste Estatuto Social, define-se pessoas representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social das duas pessoas. Adicionalmente, quaisquer joint-ventures, clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados como representando um interesse comum sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas pela mesma pessoa jurídica ou por Partes Relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; (y) forem geridas pela mesma pessoa jurídica ou por Partes Relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores. Com relação a fundos de investimento, serão considerados como representando um interesse comum, dois ou mais fundos cujas respectivas decisões de investimento e desinvestimento (bem como as decisões quanto ao exercício dos respectivos direitos

enquanto acionista) sejam tomadas em caráter discricionário por uma mesma pessoa, seja o administrador ou o gestor, conforme o caso, ou por Partes Relacionadas a tal pessoa.

§2º. Para os fins de aplicação do § 1º, deste Artigo 7º, todos e quaisquer fundos de investimentos deverão, sempre que adquirirem ações de emissão da Companhia que representem mais de 5% (cinco por cento) do capital social, informar à Companhia a quem cabe a determinação de sua política de investimentos e o exercício de votos em Assembleias Gerais, devendo, da mesma forma, informar à Companhia sempre que houver a mudança de tal pessoa enquanto for detentor do percentual de 5% (cinco por cento) acima referido, ou qualquer múltiplo de tal percentual.

§3º Todas as obrigações estabelecidas neste Estatuto Social, exceto as disposições relativas ao Novo Mercado, que recaiam sobre um Grupo de Acionistas serão exigíveis exclusivamente em relação ao integrante do Grupo de Acionistas que (i) tenha adquirido diretamente participação na Companhia e que, por conta de tal aquisição, tenha ensejado a aplicação da referida obrigação; ou (ii) tenha participado da transação que ensejou a aplicação da referida obrigação.

§4º Para fins de aplicação da alínea “d” acima, serão considerados como acordos de voto aqueles em que as partes se obriguem a votar de modo uniforme para a formação de um bloco único nas Assembleias Gerais da Companhia, não sendo considerados aqueles cujo objeto seja a proteção de investidor minoritário em relação ao Acionista Controlador.

Artigo 8º. Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia, que enviará a informação às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão e à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, caso sua participação direta e/ou indireta, em ações, direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia, ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e assim sucessivamente.

§1º. Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste Artigo 8º.

§2º. Sem prejuízo do disposto no Artigo 28, § 2º deste Estatuto Social, todo acionista que atinja a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, deverá, mensalmente e enquanto mantiver participação superior a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, apresentar as informações exigidas pelo art. 7º, VI, “a”, da Resolução n.º 3514 de 12 de maio de 2010 (“Resolução n.º 3514/10”), da ANTT.

§3º. Adicionalmente, qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que vier a ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia ou se torne titular de direitos que lhe assegure o percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia deverá informar imediatamente tal circunstância ao Diretor de Relações com Investidores.

§4º. A infração ao disposto neste Artigo sujeitará o acionista ou Grupo de Acionistas à aplicação da sanção de que trata o Artigo 10 deste Estatuto Social.



Artigo 9º. Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

§1º. Nenhum acionista ou coletividade de acionistas poderá exercer seu direito de voto em número superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, ainda que tal acionista ou coletividade de acionistas detenha participação superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

§2º. Para os fins do § 1º deste Artigo 9º, somente serão considerados coletividade de acionistas dois ou mais acionistas: (i) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; (ii) que estejam sob Controle comum; ou (iii) que atuem representando um interesse comum.

§3º. Para os fins do item (iii), do § 2º, deste Artigo 9º, aplicar-se-á a definição prevista no Artigo 7º, § 1º, acima.

§4º. Não serão computados nas deliberações da Assembleia Geral os votos que excederem o limite fixado neste Artigo 9º.

Artigo 10. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, sua regulamentação ou por este Estatuto Social, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 11. A Assembleia Geral que for convocada e instalada de acordo com a legislação aplicável e as disposições deste Estatuto Social tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 12. A Assembleia Geral deve reunir-se (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem, observadas as previsões estatutárias e legais.

Artigo 13. A Assembleia Geral deve ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelas pessoas mencionadas no Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses ali mencionadas.

§1.º Nos termos do Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, a primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constarão além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo

anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§2.º Independentemente das formalidades de convocação previstas no §1.º acima deste Artigo 13, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Artigo 14. Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando, com até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária, por original ou cópia enviada por fac-símile. Os procuradores de acionistas deverão exhibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste Artigo 14. Os originais dos documentos referidos neste Artigo 14, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia munido dos documentos referidos no *caput*, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 15. A Assembleia Geral deve ser instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida por qualquer outro conselheiro ou diretor que vier a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da Assembleia Geral deverá indicar o secretário da assembleia.

Artigo 16. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei e observado o disposto no Artigo 11 acima, é de competência da Assembleia Geral:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- (ii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) deliberar sobre o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia;
- (v) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia;
- (vi) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (vii) a modificação do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social;
- (viii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(ix) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;

(x) escolher a empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia para fins das ofertas públicas prevista nas Seções IV e V do Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentre as empresas apontadas pelo Conselho de Administração; e

(xi) aprovar plano de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do Artigo 6º, §2.º deste Estatuto Social.

CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 17. A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria na forma da lei e deste Estatuto Social. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral e os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração (conselheiros e diretores, em conjunto, “Administradores”).

Artigo 18. A posse dos Administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 19. A fixação da remuneração global dos Administradores é de competência da Assembleia Geral.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 20. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 11 (onze) e, no máximo, 17 (dezesete) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração tem um Presidente e um Vice-Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral.

§1.º Poderão ser eleitos até o mesmo número de suplentes, ficando a critério do acionista, Grupo de Acionistas ou da administração, ao indicar candidato para integrar o Conselho de Administração como membro efetivo, indicar também o respectivo suplente, restando claro que a indicação de suplente não é obrigatória. Caso seja indicado um membro suplente juntamente com a indicação de membro efetivo do Conselho de Administração, a eleição do membro efetivo implicará na eleição do respectivo suplente.

§2.º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elegeu, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

§3.º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos

do Regulamento do Novo Mercado.

§4.º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 21. O mandato dos conselheiros é unificado, de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§1.º Observado o disposto no Artigo 18 acima, os conselheiros são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

§2.º Os conselheiros deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Artigo 22. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, suas funções devem ser exercidas pelo conselheiro efetivo indicado pela maioria dos demais conselheiros para assumir tais funções. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro conselheiro, o seu suplente, se houver, deverá exercer suas funções.

Parágrafo Único. No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro, o seu suplente, se houver, deverá substituí-lo até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. Em caso de vacância de ambos, efetivo e respectivo suplente, o próprio Conselho de Administração poderá nomear o conselheiro remanescente até a próxima assembleia geral, nos termos do Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações ou o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar assembleia geral para eleição de um substituto, que servirá até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. No caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, será convocada, pelos conselheiros remanescentes, assembleia geral para nomeação de seus substitutos. Para os fins deste Artigo 22, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Artigo 23. O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, a cada 3 (três) meses, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. Na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. As reuniões deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados juntamente com a convocação, respeitados eventuais prazos previstos no regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo Único. É dispensada a convocação se estiverem presentes na reunião todos os conselheiros.

Artigo 24. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração (ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração

indicado pelo Presidente). As reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros efetivos.

§1.º As reuniões do Conselho de Administração devem ser realizadas pelo menos 1 (uma) vez a cada 3 (três) meses durante o exercício fiscal e serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local nas cidades de São Paulo e Curitiba, a ser informado quando da convocação, ou em outra localidade expressamente aprovada por todos os membros do Conselho de Administração previamente.

§2.º As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião deverão formalizar seus votos, ou pareceres, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico anexando cópia digital da manifestação assinada pelo conselheiro ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Artigo 25. Cada conselheiro tem direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração. As deliberações da reunião serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião. As deliberações devem ser lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados no registro do comércio competente e serem publicados.

Artigo 26. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas sociedades Controladas;
- (iii) aprovar os planos de negócios, o planejamento estratégico, planos de trabalho, política de operações financeiras e comerciais, orçamentos anuais e plurianuais, os planos de investimentos em despesas de capital (“CAPEX”) e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades Controladas, bem como acompanhar a sua execução;
- (iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas sociedades Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (v) convocar Assembleia Geral, nos termos do Artigo 13 acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (vii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;
- (viii) deliberar sobre a realização pela Companhia ou por uma de suas Controladas, de oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, incluindo a

definição, termos de liquidez e precificação de potencial venda pública de ações;

(ix) autorizar a negociação, pela Companhia e por suas Controladas, de ações de sua respectiva emissão, inclusive aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação;

(x) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;

(xi) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º, §1º, deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 134 de 1º de novembro de 1990;

(xii) autorizar a aquisição, venda, arrendamento, cessão, transferência ou outra alienação ou oneração de bens do ativo não-circulante da Companhia ou de qualquer de suas sociedades Controladas, bem como de participações pela Companhia ou suas Controladas em valor agregado anual superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e, ainda, aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de concessão das sociedades em que a Companhia participar, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;

(xiii) aprovar a contratação pela Companhia ou suas Controladas de empréstimos ou financiamentos em valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da Diretoria;

(xiv) aprovar a prestação de garantias reais ou pessoais, de qualquer natureza, em valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; ou (b) o terceiro for uma sociedade investida da Companhia e a garantia seja proporcional à participação detida pela Companhia em referida sociedade;

(xv) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

(xvi) autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades Controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

(xvii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;

(xviii) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas sociedades Controladas;

(xix) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas sociedades Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;



(xx) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;

(xxi) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável;

(xxii) estabelecer remuneração variável aos Administradores e autorizar contribuições da Companhia e suas Controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;

(xxiii) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado;

(xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxv) manifestar-se a respeito do preço de emissão por ação em qualquer aumento de capital a ser submetido à Assembleia Geral;

(xxvi) deliberar sobre programa, acordo, plano de opção, de benefício ou outro plano de remuneração para Administradores, empregados, executivos não empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade Controlada, sem direito de preferência para os acionistas, no âmbito de plano previamente aprovado pela Assembleia Geral;

(xxvii) manifestar-se previamente sobre a forma de exercício dos direitos de voto da Companhia em assembleias gerais de sociedades em que a Companhia possua participação societária e/ou em Controladas, desde que tais matérias configurem um dos assuntos de competência da assembleia geral de acionistas ou do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos artigos 16 e 26 deste Estatuto Social;

(xxviii) aprovar a celebração pela Companhia ou uma de suas Controladas de contrato de *joint venture* ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações, bônus de subscrição, opções ou outros direitos relativos a compra ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações;

(xxix) aprovar a participação da Companhia e/ou uma de suas Controladas em grupos de sociedades de acordo com o disposto no Artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxx) aprovar a contratação, alteração, qualquer forma de renegociação ou reajuste, ou rescisão de operações com Partes Relacionadas pela Companhia e/ou suas Controladas, observado o previsto no §único abaixo;

(xxxii) aprovar a criação de comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração;

(xxxiii) aprovar a participação da Companhia em licitações envolvendo concessões;

(xxxiiii) aprovar a declaração, pela Companhia, do vencimento antecipado, protesto ou execução judicial ou extrajudicial de direitos de sua titularidade em valor individual relevante a ser oportunamente fixado e revisado pelo Conselho de Administração;

(xxxv) eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor, bem como dos comitês instalados nos temas da alínea (xxxii) acima;

(xxxvi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Partes Relacionadas e dos demais comitês eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;

(xxxvii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento de todos os comitês eventualmente instalados na Companhia, inclusive o Comitê de Auditoria e o Comitê de Partes Relacionadas;

(xxxviii) ratificar a indicação do Comitê de Auditoria referente ao responsável por ocupar o cargo de supervisor (em observância ao disposto no artigo 54 abaixo), bem como deliberar sobre sua destituição quando recomendada pelo Comitê de Auditoria, através de votação restrita aos Conselheiros Independentes;

(xxxix) eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Partes Relacionadas, observadas as disposições deste Estatuto Social; e

(xl) deliberar sobre os pareceres emitidos por todos os comitês eventualmente instalados, e, especialmente para o Comitê de Partes Relacionadas referentes a propostas de transações a serem celebradas pela Companhia com Partes Relacionadas e Concorrentes, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 35 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. Com relação à competência do Conselho de Administração prevista no item “xxxix” do *caput* deste Artigo 26, o Conselho de Administração deverá deliberar sobre os pareceres em questão no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de sua emissão pelo Comitê de Partes Relacionadas, sendo certo que (i) em caso de manifestação desfavorável pelo Comitê de Partes Relacionadas, a transação em questão somente poderá ser aprovada mediante manifestação favorável de 90% (noventa por cento) dos membros do Conselho de Administração, e (ii) em caso de manifestação favorável pelo Comitê de Partes Relacionadas, a transação em questão será aprovada por maioria dos membros do Conselho de Administração, e somente poderá ser reprovada mediante manifestação desfavorável de 90% (noventa por cento) dos membros do Conselho de Administração, devendo-se arredondar a fração resultante para o próximo número inteiro de membros, caso

a fração seja igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) ou para o número inteiro anterior de membros, caso a fração seja inferior a 0,5 (cinco décimos).

Seção III – Diretoria

Artigo 27. A administração corrente da Companhia cabe à Diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os seus negócios sociais, de acordo com suas atribuições e sujeitos às disposições estabelecidas na lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo Único. Sem prejuízo ao disposto no *caput* deste Artigo 27, cabe à Diretoria:

- (i) deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou de competência do Conselho de Administração;
- (ii) admitir e demitir empregados, fixar os níveis de remuneração do pessoal, criar e extinguir cargos;
- (iii) elaborar os planos de investimento e os orçamentos de operação;
- (iv) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, conceder avais, fianças ou outras garantias, observando o disposto no Artigo 33 abaixo;
- (v) levantar balanços semestrais ou intermediários, quando indicado;
- (vi) elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício;
- (vii) deliberar sobre a abertura e manutenção de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representantes da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e
- (viii) apresentar ao Comitê de Partes Relacionadas dados, documentos e informações, incluindo cópias de contratos vigentes ou sob negociação, sobre todas as propostas de transações de serviços de transporte de açúcar e combustíveis a serem celebradas pela Companhia com Partes Relacionadas e Concorrentes, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 35 deste Estatuto Social.

Artigo 28. A Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 9 (nove) membros, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente nos termos do § 1º abaixo, sendo permitida a cumulação dos cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores em um mesmo Diretor.

§1.º Compete privativamente: *(i)* ao Diretor Presidente: *(a)* exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores; *(b)* propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor; *(c)* zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria; *(d)* convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos; *(e)* propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e de suas sociedades Controladas e as atribuições das suas várias unidades; *(f)* supervisionar, com a

colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia e de suas sociedades Controladas; (g) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e (h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou que lhe tenham sido designadas pela Assembleia Geral ou Conselho de Administração; **(ii) ao Diretor Financeiro:** (a) planejar, propor e implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia e suas sociedades Controladas; (b) coordenar a área contábil; (c) implementar a política de planejamento fiscal da Companhia e suas sociedades Controladas; (d) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas sociedades Controladas; (e) administrar os recursos financeiros da Companhia; (f) apoiar a área operacional da Companhia e suas sociedades Controladas no que for necessário para o seu bom andamento; (g) coordenar o aspecto financeiro dos eventuais projetos da Companhia e suas sociedades Controladas; e (h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou que lhe tenham sido designadas pela Assembleia Geral ou Conselho de Administração; e **(iii) ao Diretor de Relações com Investidores:** (a) representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (b) acompanhar as participações societárias da Companhia no que se refere ao Artigo 41 deste Estatuto Social; (c) prestar informações aos investidores, à CVM e aos mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, conforme legislação aplicável; (d) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (e) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (f) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; (g) desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente na consecução do objeto social da Companhia; e (h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou que lhe tenham sido designadas pela Assembleia Geral ou Conselho de Administração.

§2.º É facultado ao Diretor de Relações com Investidores, por iniciativa própria ou em atendimento à solicitação que lhe seja feita pela ANTT, requerer que acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.

Artigo 29. O mandato dos diretores é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Observado o disposto no Artigo 18 deste Estatuto Social, os diretores são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo Único. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o Conselho de Administração.

Artigo 30. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, o Diretor Presidente indicará o substituto interino de tal Diretor temporariamente ausente. No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, o Conselho de Administração indicará o substituto interino.

Parágrafo Único. No caso de vacância de qualquer cargo de diretor previsto no §1º do Artigo 28, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do Conselho de

Administração, que deve ocorrer no máximo 30 (trinta) dias após tal vacância. Para os fins deste Artigo 30, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada do Diretor por 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 31. A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, com observância dos seguintes critérios:

(i) nas assembleias gerais de acionistas e reuniões de sócios de sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia, por 2 (dois) diretores em conjunto, observada a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração, que indicará a forma do voto a ser proferido, quando aplicável, nos termos do item (xxvii) do Artigo 26 deste Estatuto Social, podendo ainda o Conselho de Administração, em qualquer caso, permitir que qualquer diretor ou procurador constituído na forma deste artigo represente a Companhia em tal assembleia geral ou reunião de sócios;

(ii) nos atos ou operações que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, (a) por 2 (dois) diretores em conjunto, quando envolverem valor agregado até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); (b) e por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, quando envolverem valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), podendo, nos casos indicados nos itens (a) e (b) deste item (ii), o Conselho de Administração permitir que qualquer diretor ou procurador constituído na forma deste artigo represente a Companhia em tais atos ou operações;

(iii) na outorga de procuração, por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, observada a necessidade de aprovação prévia do Conselho de Administração para negócios de valor agregado acima de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), nos termos deste Estatuto Social; e

(iv) nos demais atos ou operações, por 2 (dois) diretores ou procuradores, em conjunto.

§1.º As procurações outorgadas pela Companhia devem conter poderes específicos e prazo de vigência determinado, entendendo-se como tal as procurações cuja vigência tem seu término expressamente vinculado à prática do ato ou operação para as quais são especificamente outorgadas.

§2.º Sem prejuízo do disposto no §1º deste Artigo 31, as procurações para fins judiciais, salvo revogação expressa, são outorgadas pela Companhia pelo tempo de duração dos processos nelas especificados.

Artigo 32. A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. As atas das reuniões devem ser lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. A presença da maioria dos diretores constitui quórum para a instalação das reuniões.

Artigo 33. São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social ou contrários ao disposto neste Estatuto Social, ressalvado o disposto na alínea “xiv”, do Artigo 26 acima.

Seção IV – Comitê de Auditoria

Artigo 34. A Companhia terá um comitê de auditoria (“Comitê de Auditoria”), que se reportará ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração, cujo funcionamento será permanente.

Parágrafo Único. O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, sendo todos independentes, com mandato de 1 (um) ano, renovável, a critério do Conselho de Administração, os quais terão preferencialmente experiência em *compliance*.

Seção V – Comitê de Partes Relacionadas

Artigo 35. A Companhia terá um comitê de funcionamento permanente cuja competência será avaliar e monitorar todas as transações da Companhia e suas Controladas com Partes Relacionadas (“Comitê de Partes Relacionadas”), que se reportará ao Conselho de Administração.

§ 1º - O Comitê de Partes Relacionadas será composto por, no mínimo, 3 (três) ou, preferencialmente, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo a quantidade de membros determinada a cada eleição de modo que a maioria dos membros seja de Conselheiros Independentes, sempre que possível, indicados por acionistas não Controladores da Companhia com mandato idêntico ao do Conselho de Administração, renovável, a critério do Conselho de Administração.

§ 2º - O funcionamento do Comitê de Partes Relacionadas será regulado em seu regimento interno.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Artigo 36. O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá funcionamento permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, dentre pessoas residentes no País, desde que preencham os requisitos legais para o cargo, bem como o atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§1º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o limite mínimo legal.

§2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio e subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§3º. O Presidente do Conselho Fiscal será indicado pela Assembleia Geral que os elege.

§4º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

§5º. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÕES E RESERVAS

Artigo 37. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Parágrafo Único. As demonstrações financeiras anuais da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 38. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o valor necessário para o pagamento do dividendo obrigatório, que será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Especial”, que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas Controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

§1.º O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens deste Artigo 38, terá a destinação a ser determinada pela Assembleia Geral de acionistas, com base na proposta da administração, conforme o disposto nos Artigos 176, Parágrafo 3º, e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, Parágrafo 4º, da referida Lei, observado, ainda, que eventual saldo remanescente que não tenha sido destinado nos termos deste Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendos. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

§2.º O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos do Artigo 202, I e II da Lei das Sociedades por Ações.

§3.º O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a administração informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade, obedecido o disposto no Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 39. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 38 acima, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

Artigo 40. A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 38 acima.

§1º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, até os limites legais, declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.

§2º. Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII - MECANISMOS DE PROTEÇÃO

Seção I – Acompanhamento de Participações Societárias

Artigo 41. Adicionalmente ao disposto no Artigo 8º, e sem prejuízo das demais disposições do presente Estatuto Social, a Companhia, pelo Diretor de Relações com Investidores, fará o acompanhamento das variações na participação societária dos acionistas da Companhia.

Parágrafo Único. Na hipótese de, a qualquer tempo, o Diretor de Relações com Investidores identificar a violação de qualquer das restrições quanto ao limite de ações de titularidade de um acionista ou Grupo de Acionistas, inclusive no que se refere à violação de qualquer obrigação de informar a titularidade de determinado percentual de ações da Companhia, nos termos deste Estatuto Social ou da regulamentação aplicável, deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, informar tal circunstância: (i) ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) ao Diretor Presidente; (iii) aos membros do Conselho Fiscal; e (iv) incluir tal informação no site da Companhia na rede mundial de computadores.

Seção II – Oferta Pública em caso de Aquisição de Participação Substancial

Artigo 42. Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de: (i) ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive outros direitos de sócio sobre as ações de emissão da Companhia, que representem conjunta ou isoladamente mais de 15% (quinze por cento) do seu capital social (“Acionista Comprador”), deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à ANTT pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo 42.

§1º. Caso o pedido seja aceito pela ANTT, o Acionista Comprador deverá realizar a oferta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente Artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Comprador deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no caput do presente Artigo 42.

§2º. O Acionista Comprador deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da oferta pública que tenham sido entregues à ANTT ou por esta enviados.

§3º. Durante o período entre a solicitação de realização da oferta pública e a resposta, positiva ou negativa, da ANTT, o Acionista Comprador não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

§4º. A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§5º. O Acionista Comprador deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM, se aplicável, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§6º. A oferta pública de aquisição de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02:

- a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- b) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA;
- c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº. 361/02;
- e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional.

§7º. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da oferta pública não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

Preço Oferta = Valor da Ação + Prêmio onde:

“PREÇO OFERTA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de ações prevista neste Artigo.

“PRÊMIO” corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor da Ação.

“VALOR DA AÇÃO”, sempre considerado com duas casas decimais, corresponde ao maior valor entre:

- a) o maior preço de emissão das ações praticado pela Companhia (ou sua antecessora) em aumento de capital realizado mediante distribuição pública ou privada (exceto aquele

decorrente do plano de opção de compra de ações aprovado pelo Conselho de Administração) ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste Artigo 42, devidamente atualizado pelo IPCA (ou outro índice que vier a substituí-lo) até o momento do pagamento;

b) cotação unitária média ponderada de fechamento das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anteriores à realização da oferta pública de aquisição de ações;

c) até 1º de abril de 2018, 20 (vinte) vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente (“Múltiplo de EBITDA”), resultado do qual será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia e, a seguir, dividido pelo Número Total de Ações da Companhia, deduzido das ações mantidas em tesouraria. O Múltiplo de EBITDA deverá ser reduzido em 2 (duas) vezes anualmente, a contar do dia 1º de abril de 2018, até que o múltiplo seja igual a 6 (seis) (ou seja, após 1º de abril de 2018 e até 1º de abril de 2019 - 18 (dezoito) vezes, após 1º de abril de 2019 e até 1º de abril de 2020 - 16 (dezesesseis) vezes, e assim sucessivamente até que o Múltiplo de EBITDA seja igual a 6 (seis), o que ocorrerá após 1º de abril de 2024 em diante; e

d) o valor econômico por ação apurado em laudo de avaliação, com base no método de fluxo de caixa descontado (“Laudo de Valor Econômico”), elaborado por instituição financeira de notória especialização, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do artigo 8º, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição financeira responsável pela elaboração do Laudo de Valor Econômico é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

§8º. Os cálculos referidos no parágrafo anterior deverão ser efetuados com 5 (cinco) casas decimais, devendo o preço final da ação ser expresso com 2 (duas) casas decimais, observando-se a seguinte regra de arredondamento: (i) será feito da última casa decimal para a anterior; (ii) havendo um número de casas decimais maior do que 5 (cinco), o arredondamento será feito da 5ª (quinta) casa decimal para a anterior; (iii) será excluído o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), se igual ou menor do que 5 (cinco) (inclusive o zero); (iv) caso o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), for maior do que 5 (cinco), será aumentado em uma unidade o algarismo da casa decimal anterior.

§9º. Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à ANTT para realização da oferta pública; (ii) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou Grupo de Acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista, conforme disposto no Artigo 10 do presente Estatuto Social.

§10. Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo 42, não serão computados os

aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com cancelamento de ações.

§11. O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência:

- a) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação da Companhia por uma outra sociedade;
- b) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;
- c) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no critério previsto na alínea “d” do § 7º, deste Artigo 42; ou
- d) de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações da Companhia e que atenda ao disposto neste Artigo 42.

§12. A obrigação de realização de oferta pública prevista neste Artigo 42 poderá ser suprimida, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral convocada para este fim, ficando impedido de votar o acionista que tenha interesse conflitante com a matéria. O Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar a supressão do disposto neste Artigo 42, no todo ou em parte, hipótese em que deverá disponibilizar aos acionistas as informações de conhecimento da administração da Companhia que justifiquem tal supressão e a manifestação do Conselho de Administração sobre a matéria.

Seção III – Alienação De Controle

Artigo 43. A alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único. A oferta pública de que trata esse Artigo será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 44. Sem prejuízo da observância do disposto no Artigo 41 acima, aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 43 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à

data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 45. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 46. Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Seção IV – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Artigo 47. Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 1º e § 2º deste Artigo 47 respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º. O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo Artigo.

§2º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§3º. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo acionista que estiver realizando a oferta pública de aquisição de ações.

Seção V – Saída do Novo Mercado

Artigo 48. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta

pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 1º e § 2º do Artigo 47, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 49. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização da oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 48 acima.

§1º. A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presentes na assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 50. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 47 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste Artigo 50.

§2º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§4º. Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO IX - DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 51. A Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X – DO REEMBOLSO

Artigo 52. Em caso de recesso, o valor do reembolso será igual ao valor do patrimônio líquido das ações apurado de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO XI – ARBITRAGEM

Artigo 53. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Nessas hipóteses, as medidas urgentes deverão ser sempre requeridas no Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo.

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 54. A Companhia observará e fará cumprir os compromissos assumidos na Cláusula 2ª do Acordo em Controle de Concentração (“ACC”), firmado junto ao CADE em 11 de fevereiro de 2015, que vigorará nos termos da Cláusula 8ª do ACC.

Artigo 55. Os seguintes acordos de acionistas da Companhia estão arquivados na sua sede para os fins do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações: (i) o acordo de acionistas datado de 30 de junho de 2011, celebrado entre a Rumo Logística Operadora Portuária S.A., sucedida pela Companhia, Novo Rumo Logística S.A. (posteriormente substituída por Cosan Infraestrutura S.A., a qual alterou sua denominação social para Cosan Logística S.A.), GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações e TPG VI Fundo de

Investimento em Participações, conforme aditado (“Acordo de Acionistas COSAN/TPG”); e (ii) o acordo de acionistas datado de 30 de abril de 2014, celebrado entre a Rumo Logística Operadora Portuária S.A., sucedida pela Companhia, Cosan Infraestrutura S.A., a qual alterou sua denominação social para Cosan Logística S.A., e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“Acordo de Acionistas COSAN/BNDESPAR”); (iii) o compromisso assumido perante a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, pela Cosan Logística S.A. e Cosan Limited, com interveniência e anuência da Rumo Logística Operadora Portuária S.A., sucedida pela Companhia, nos termos da correspondência datada de 20 de junho de 2016, referente ao Prazo para a Notificação de Desvinculação (“Compromisso”, denominado em conjunto com o Acordo de Acionistas COSAN/TPG e com o Acordo de Acionistas COSAN/BNDESPAR como “Acordos de Acionistas”); (iv) o compromisso de voto e assunção de obrigações datado de 15 abril de 2014, celebrado entre Cosan S.A. Indústria e Comércio, GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações e TPG VI Fundo de Investimento em Participações, tendo a Rumo Logística Operadora Portuária S.A., sucedida pela Companhia como interveniente anuente; e (v) o compromisso de voto e assunção de obrigações datado de 15 abril de 2014, celebrado entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, BRZ ALL – Fundo de Investimento em Participações, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, Julia Dora Antônia Koranyi Arduini, Riccardo Arduini, GMI – Global Markets Investments Limited Partnership, tendo como intervenientes anuentes a Companhia (então denominada ALL – América Latina Logística S.A.) e a Rumo Logística Operadora Portuária S.A., sucedida pela Companhia;. As ações detidas pelas acionistas que são partes dos Acordos de Acionistas estão sujeitas a certas restrições de transferência, acordos de voto e outras condições estabelecidas nos Acordos de Acionistas. Nenhuma deliberação em assembleia geral ou reunião de Conselho será aprovada se estiver em desconformidade com os Acordos de Acionistas. Nenhuma transferência de ações será formalizada nos livros da Companhia, e tal transferência será considerada nula e inválida, exceto se acompanhada de comprovação de que os termos dos Acordos de Acionistas foram cumpridos. A Companhia está vinculada aos Acordos de Acionistas. Qualquer transação realizada pela Companhia ou pelos Acionistas que sejam parte dos Acordos de Acionistas em violação aos termos contidos em tal acordo será nula e inválida.

Parágrafo Único. Em atendimento à Resolução n.º 3514/10 da ANTT, não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sem a prévia anuência da ANTT.

Artigo 56. A administração da Companhia deverá respeitar, no exercício de suas funções, quaisquer acordos de acionistas que estejam arquivados na sede da Companhia, sejam acordos referentes às ações da Companhia ou de suas sociedades Controladas.

Artigo 57. A Companhia deverá disponibilizar, na forma da regulamentação aplicável, contratos com Partes Relacionadas da Companhia, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 58. O disposto no Artigo 42 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data de sua admissão no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e respectivos sucessores, bem como (i) a signatários dos Acordos de Acionistas, conforme aditados de tempos em tempos, (ii) a acionistas que no futuro venham a aderir ao Acordo de Acionistas COSAN/TPG, conforme aditado de tempos em tempos, desde que o novo acionista tenha adquirido ações de emissão da companhia nos termos do Artigo 42, §11, deste Estatuto

Social ou, alternativamente, que pelo menos um dos atuais signatários do Acordo de Acionistas COSAN/TPG mantenha posição majoritária no âmbito do referido Acordo de Acionistas; (iii) a signatários de novos acordos de acionistas da Companhia que sejam celebrados com acionistas que, na data de admissão da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sejam titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia, desde que tal signatário tenha adquirido ações de emissão da companhia nos termos do Artigo 42, §11, deste Estatuto Social ou, alternativamente, que pelo menos um dos atuais signatários do Acordo de Acionistas COSAN/TPG mantenha posição majoritária no âmbito de tais novos acordos de acionistas; e (iv) aos sócios/acionistas dos atuais signatários dos Acordos de Acionistas, conforme aditado de tempos em tempos, que vierem a substituí-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias.

Artigo 59. Para fins deste Estatuto Social, os termos com iniciais em maiúscula terão os seguintes significados:

(i) “Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia;

(ii) “Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

(iii) “Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es) o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

(iv) “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

(v) “Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;

(vi) “Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

(vii) “Concorrentes” significa quaisquer empresas com atuação nos segmentos de produção de açúcar, distribuição de combustível ou Prestadores de Serviços Logísticos, que não sejam Controlados pela Companhia;

(viii) “Controle” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

(ix) “Conselheiro Independente” significa o membro do Conselho de Administração da

Companhia que satisfaçam os requisitos previstos na Lei das S.A. e nos dispositivos que regulam os Conselheiros Independentes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

(x) “EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR’s e significa a média aritmética dos 8 (oito) valores retroativos ao trimestre que se calcula do lucro operacional consolidado da Companhia (ou sua antecessora) antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, divulgados nas ITR’s já auditadas e publicadas, multiplicada por 4 (quatro);

(xi) “Endividamento Consolidado Líquido da Companhia” corresponde à Dívida Onerosa Consolidada da Companhia subtraída do Caixa, tal como a seguir definido: (i) Caixa significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo da Companhia, tais como cotas de Fundos de Investimentos Financeiros, CDBs, RDBs, letras hipotecárias e outras e (ii) Dívida Onerosa Consolidada significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Não serão considerados para o fim de determinação da Dívida Líquida os empréstimos e financiamentos entre as sociedades Controladas pela Companhia;

(xii) “Grupo de Acionistas” tem o significado estabelecido no Artigo 7º deste Estatuto Social;

(xiii) “Partes Relacionadas” significa, em relação a uma Pessoa: (i) toda Pessoa que seja, direta ou indiretamente, sua Controladora, Controlada, que esteja sob Controle comum ou que esteja sob sua influência significativa; ou (ii) administradores de tal Pessoa ou das Pessoas referidas no item (i) acima; ou, ainda (iii) parentes, em linha reta, colateral e por afinidade, até o 4º (quarto) grau de tal Pessoa ou das Pessoas referidas nos itens (i) e (ii) acima;

(xiv) “Pessoa” significa qualquer pessoa física, jurídica ou entidades não personificadas, incluindo, mas sem limitação, sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcios, associações, joint ventures, fundos de investimentos, condomínios ou universalidade de direitos;

(xv) “Prestadores de Serviços Logísticos” significam os prestadores de serviços usualmente prestados por agenciadores de cargas os quais nos termos do Parecer Técnico nº 420 da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, oferecem soluções que se utilizam de (a) transporte rodoviário ou ferroviário; (b) armazenagem em terminais do interior; (c) transbordo, (d) armazenagem em terminais portuários, e (e) elevação portuária.

(xvi) “Número Total de Ações da Companhia” corresponde ao número total de ações de emissão da Companhia; e

(xvii) “Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 60. A Companhia se compromete a não utilizar trabalho infantil ou escravo para



o desenvolvimento de suas atividades.

Artigo 61. A Companhia se compromete a adotar (i) política de atuação que procure minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades; (ii) planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e (iii) boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível o seu capital humano.

* * *